

Carta semanal 28 (2019): Pelas razões que se seguem, não é provável que esse país seja os Estados Unidos



Michael Yamashita, Fiume, Março de 2019
Queridos amigos e amigos,
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
A maior delegação de fora da Rússia no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo, no início de Junho, veio da China. A equipa chinesa foi liderada pelo presidente do país, Xi Jinping. Nesse 23º Fórum, o mandáramos juntar-se ao russo e ao inglês como um dos idiomas presentes nos avisos e conversas. Xi e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, pareceram confortáveis com o russo e a camaradagem entre os dois Estados ficou clara. Durante o evento, os dois países realizaram um concerto de gala para celebrar o 70º aniversário do restabelecimento de seus laços diplomáticos. **Putin disse** que os laços entre os dois países atingiram atualmente um "nível sem precedentes", com acordos de alinhamento comercial e militar.
Por que a Rússia e a China consolidaram esse novo arranjo?
Primeiro, eles se miram devido a pressão de longo prazo dos Estados Unidos e seus aliados que buscam desestabilizar a soberania tanto da Rússia quanto da China quanto da Rússia – seja por meio da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção às fronteiras da Rússia ou pela estratégia naval agressiva dos EUA contando com o Japão e Taiwan. Essa conduta levou a um severo regime de sanções contra a Rússia, que se viu isolada dos mercados europeus e a forçar e estreitar laços económicos com a China.
Em segundo lugar, os Estados Unidos tentaram fazer com que a China renunciasse suas vantagens económicas em relação às empresas americanas, o que levou à atual guerra comercial (veja nosso **dossiê nº 7, de agosto de 2018, O imperialismo do capital financeiro e as "guerras comerciais"**). A China há muito procura escapar de suas fortes relações com o mercado estadunidense. Uma dessas iniciativas que se dá fora do mercado dos EUA é a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) e a Estratégia do Corredor de Pérolas, que atravessa a Eurásia e o Oceano Índico. A ICR baseou-se nos Estados da Ásia Central, onde a Rússia continua a ter uma forte influência, e na Ásia Ocidental, onde a intervenção russa na Síria mostrou a disposição de agir – acidentalmente – em nome dos interesses chineses.
O modo da ação dos EUA e a necessidade de uma estratégia económica regional eurasiática é o que une esses dois Estados.



Michael Yamashita, Mimpha Shan, The Singing Sand Dunes, Gansu, China, 2019.
Após a queda da URSS, o Ocidente tentou trazer a Rússia para a sua órbita. O G7 aceitou a Rússia em suas fileiras em 1997, quando o capital da Europa e de Washington entraram na Rússia e na Europa Oriental. Naquele mesmo ano, treze oligarcas liderados por Anatoly Chubais – e reforçados pelos Estados Unidos – roubaram a eleição, em detrimento de Gennady Zyuganov, do Partido Comunista. Sete desses treze oligarcas mudaram a economia russa em seu benefício e de seus parceros ocidentais. O país foi saqueado, sua auto-estima enfraquecida. Putin emergiu desse contexto, com a promessa de reverter as fortunas da Rússia. A economia dependeu da exportação de matérias-primas, o que a deixou vulnerável a seus mercados externos – principalmente a Europa. Tentativas do Ocidente de instalar um governo na Ucrânia levaram à expulsão da Rússia do OS e a sanções ao país. A Rússia, que procurava fazer parte da Europa desde a queda da URSS, agora se **volta para o leste em direção à Eurásia** e – em particular – para a China.
O momento não poderia ter sido melhor. A China, em sua nova política económica, a partir de 1978, apostou nos mercados do Ocidente, e se tornou a fábrica do mundo. A "Era da reforma" forneceu milhões de trabalhadores educados para a economia globalizada. Investimentos de capital e tecnologia inundaram a China, de onde saíram mercadorias que varreram o mundo – o Ocidente subestimou. Quando a crise financeira geral ocorreu em 2007-08, a China emergiu. Sua dependência dos mercados ocidentais a deixou muito vulnerável. Buscando romper com essa dependência, experimentou esquemas de pagamento de transações dentro do país para aumentar a demanda doméstica e começou a desenvolver novos mercados ao longo da monumental Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) que abrange a Eurásia, mas também alcança a América e a América do Sul. A participação da Rússia nessa iniciativa é essencial, uma vez que continua a ter ligações estreitas com os países da Ásia Central e é o principal parceiro da China no Ira, Síria e Turquia. Para um panorama do atual regime de sanções contra o Ira e os impactos nas relações entre a China e Rússia na região, fique atento ao próximo dossiê que sairá em agosto, *O Ira não esquivou*.



Michael Yamashita, Interior da Mongólia, 2018.
Nas últimas duas décadas, a China trabalha abertamente pela criação de uma ordem mundial multilateral para equilibrar a ordem unilateral produzida pelo Ocidente após a queda da URSS. Em 2001, o presidente chinês da época, Hu Jintao, disse que "a multipolaridade [desafiada] constitui uma base importante na política externa chinesa". A guerra dos EUA contra o Iraque (2003) e a crise financeira geral (2007) abalaram a hegemonia do Ocidente. Foi no rescaldo desses dois eventos que o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul firmaram o BRICS (2009). A principal agenda do bloco era pressionar pelo multilateralismo, aproveitando as fraquezas do Ocidente para se afirmar. Mas o seu próprio programa era limitado, uma vez que o Ocidente não tinha nenhuma base institucional alternativa, visão ideológica própria ou poder militar. A vitória da direita no Brasil, na Índia e na África do Sul logo tornou a formação dos BRICS menos coesa. Foi nesse contexto que a aliança entre a China e a Rússia ganhou centralidade.
O sinal de seriedade pode ser encontrado na solução de 2008 entre os dois países acerca de sua longa disputa de fronteiras. Esse limite de 4200 quilômetros agora está completamente delimitado. Começaram os exercícios militares regulares, que culminaram na Vostok em 2018, onde um terço do exército russo treinou ao lado das tropas chinesas. Juntamente com o treinamento militar e o alinhamento estratégico, foram feitos acordos belos, incluindo o apoio do lado russo para o Exército de Libertação do Povo da China e agora navios chineses e inteligência artificial para a Rússia.



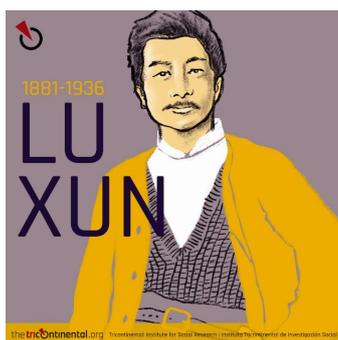
Michael Yamashita, Reservatório de Panjajou, Município de Qianxi, Província de Hebei, China, 2018.
Mas existem algumas fraquezas na aliança sino-russa. A China importa principalmente matérias-primas da Rússia – 70% das exportações são petróleo russo e derivados – enquanto 8% das exportações são produtos de madeira e papel. A China compra agora um quarto do petróleo russo, graças ao novo oleoduto da Sibéria Oriental à China e às sanções americanas e europeias contra a Rússia. Um novo gasoduto de gás natural está em obras, o que só aumentará esse comércio. A China, enquanto isso, exporta principalmente produtos acabados – automóveis, bens de consumo e máquinas – para a Rússia. Esse desequilíbrio é agravado pelas baixas taxas de investimento chinês na Rússia. Parte do debate em São Petersburgo foi em torno dessas questões, agravada pelos temores chineses de que a Rússia não possa manter suas vantagens económicas em relação aos países do Ocidente.
Em 2012, o relatório do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA observou que "em 2030, nenhum país – seja os EUA, a China ou qualquer outro grande país – será uma potência hegemónica". O que os oficiais de inteligência dos EUA prevêm é a "difusão do poder" entre os Estados, com a democracia como vetor. Mas os EUA não querem aceitar essa nova realidade. Seus formuladores de políticas permanecem presos pela Diretiva de Planejamento de Defesa – ou Doutrina Wolfowitz – (de autoria de Dick Cheney), que observou que os EUA "devem agora se concentrar em evitar o surgimento de qualquer potencial concorrente global futuro".



Edward Burtynsky, Fábrica de Processamento de Frango, Cidade de Doha, Província de Jilin, 2005.
A guerra comercial designada de Trump é parte dessa política – e a mira dos EUA volta-se para a gigante de tecnologia chinesa, a Huawei. Os EUA sabem que a principal vantagem comparativa da sua economia é o Vale do Silício, bem como seu domínio sobre os direitos de propriedade intelectual. No entanto, na arena dessa nova tecnologia, centrada em torno de 5G, a Huawei está na liderança (seguida pela Ericsson, da Suécia, e pela Nokia, da Noruega). A guerra de Trump contra a Huawei não é tão irracional quanto parece (como notou na **coluna desta semana**). Seu governo – como outros antes – usou o máximo de pressão política possível para restringir o crescimento da tecnologia na China. As acusações de roubo de propriedade intelectual e de laços estreitos entre as empresas e as forças armadas chinesas destinam-se a dissuadir clientes de produtos chineses. Essas acusações certamente prejudicaram a Huawei, mas é improvável que desmarram sua capacidade de se expandir em todo o mundo. A Huawei alega que dois terços da China usam seus produtos. O Defense Innovation Board dos EUA escreveu recentemente que "o país que possui o 5G possui muitas dessas inovações e estabelecerá os padrões para o resto do mundo. Pelas razões que se seguem, não é provável que esse país seja os Estados Unidos".
Ameaça e guerra são instrumentos que impedem – como Cheney escreveu em 1992 – "qualquer potencial concorrente global futuro". Essa é a essência do imperialismo. É por isso que essa categoria é tão significativa se quisermos ter uma compreensão precisa da situação no mundo. As novas táticas do imperialismo, como mostramos no Dossiê nº 17, *Venezuela e as guerras híbridas na América Latina*, incluem o conceito da guerra híbrida. O imperialismo hoje não se limita à força bruta, mas emprega uma série de estratégias que buscam impor "domínio total" sobre toda a sociedade, minando não apenas a soberania da nação para tomar decisões económicas e militares em benefício próprio, mas também se infiltrando em "corações, mentes e corpos" de seu povo; a forma que as pessoas entendem a si mesmas e o mundo ao seu redor. A proibição da guerra, como escrevi **esta coluna**, não é irracional, mas é precisamente o último refúgio do imperialismo.



F. Sainakh, Ravayaga, Odisha, Índia.
O Brasil, a Índia e a África do Sul permanecem engajados no projeto do BRICS, mas menos centralmente do que há uma década. Isso tem a ver com o caráter de classe do bloco dominante em cada um desses países e a guinada para a direita. Esses Estados se tornaram os aliados subordinados dos Estados Unidos. Mudar sua orientação geopolítica requer uma mudança no caráter de classe do bloco dominante. O **dossiê nº 18** traz uma entrevista com K. Hemalata, a presidenta da Central de Sindicatos Indianos, que oferece caminhos para que a classe trabalhadora e o campesinato façam seu próprio projeto para a república indiana. A chave aqui é a questão de como organizar os trabalhadores informais. Celina della Croce, coordenadora do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** reflete sobre a estrutura em sua **reportagem**.
O encontro informal do BRICS nas linhas laterais da cúpula do G20 em Osaka produziu uma **declaração** que é portadora do principal impulso das antigas deliberações do BRICS (multilateralismo, necessidade de novas instituições, mais democracia interestadual), mas introduziu alguns dos principais temas do nosso momento atual – como as duras sanções unilaterais que os Estados Unidos impuseram a vários países – do Ira à Venezuela – e as ameaças de guerra dos EUA. A cúpula dos BRICS aconteceu em Brasília (Brasil) em novembro. É improvável que sua agenda avance.



tricontinental 2012 Documentos escritos por Lu Xun (1881-1936) traduzidos por Rui Pires de Almeida e Rui Pires de Almeida
O grande escritor chinês Lu Xun escreveu, "e como uma estrada em um país não há uma estrada, mas quando muitas pessoas caminham, a estrada passa a existir".
Cachibanes, Vijay.